

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE
AO ENSINO MÉDIO
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

PORTO VELHO – RO

2026

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

PORTARIA Nº 0710/PORTO VELHO ZONA NORTE/IFRO, 12/2/2026.

Francirley Costa de Araújo

Alberto Bruno de Oliveira Viana

Vanessa Araujo de Oliveira

Andre Luiz de Oliveira Verdibrum

Angelina Maria de Oliveira Licorio

Maray Del Carmen Silva Rodrigues

Alberto Meireles Oliveira de Almeida

Paulo Sergio Passos de Araújo

Kenia Silva Martins Freitas

Celia Reis Sales

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	6
1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	6
1.3. CORPO DIRIGENTE	6
1.4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.4.1 Evolução temporal do IFRO:	7
1.4.2 Histórico do Campus Porto Velho Zona Norte	9
1.4.2 Histórico da EaD no IFRO	10
2 APRESENTAÇÃO	13
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
2.2 JUSTIFICATIVA	14
2.2.1 Área de Atuação do Campus e Previsão de Oferta de Cursos no PDI.	14
2.2.2 Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional	14
2.2.3 Demanda Socioeconômica e Educacional	15
2.3 PÚBLICO-ALVO	15
2.3.1 Vagas	16
2.3.2 Forma de Ingresso	17
2.4 OBJETIVOS	18
2.4.1 Objetivo Geral	18
2.4.2 Objetivos Específicos	18
2.5 PERFIL DE EGRESSO	18
2.5.1 Áreas De Atuação	18
3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	19
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	19
3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso	20
3.1.2 Estratégias de acompanhamento pedagógico	22
3.1.3 Estratégias de flexibilização curricular	23
3.1.4 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais	24
3.1.5 Atividades de Acompanhamento a Distância	24
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR	26
3.2.1 Matriz Curricular	26
3.2.1 Equivalências de componentes curriculares	28
3.3 AVALIAÇÃO	29
3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	29
3.3.2 Avaliação do curso	30
3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL	31
3.4 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	32
3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE	33
3.6.1 A Inclusão Educacional	33
3.6.2 Apoio ao Discente	34
3.6.3 Plano Educacional Individualizado - PEI	35
3.7 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM	35

3.7.1 Recursos de Informática	35
3.7.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem	36
3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	36
3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	37
3.10 CERTIFICAÇÃO	37
3.10.1 Certificação de conclusão de curso	37
3.10.2 Certificação Intermediária	38
4 EQUIPE DOCENTE	38
4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO	38
4.2 DOCENTES PARA O CURSO	39
4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	40
4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	40
5. GESTÃO ACADÊMICA	41
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	41
5.2 COLEGIADO DE CURSO	41
5.3 CONSELHO DE CLASSE	41
5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO	41
5.4.1 Diretoria de ensino - DE	41
5.4.1.1 Núcleo de atendimento às pessoas necessidades educacionais específicas - NAPNE	42
5.4.2 Departamento de Extensão - DEPEX	43
5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação -DEPESP	43
5.4.4 Equipe Técnico-Pedagógica	44
6 INFRAESTRUTURA	44
6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	44
6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	45
6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	45
6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	45
6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	45
6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	45
6.3.1 Laboratórios	45
6.4 BIBLIOTECA	45
7. TECNOLOGIA DE EaD	46
7.1 PRODUÇÃO EM EAD	46
7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	47
7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM	47
7.4. ESTRUTURA DOS POLOS	47
8 BASE LEGAL	48
8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	48
9 REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE – EMENTA DAS DISCIPLINAS	62

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1: Distribuição Geográfica do IFRO	12
Quadro 1: Relação de polos de apoio presencial	16
Quadro 2: Matriz Curricular do curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade EaD.	27
Quadro 3: Equivalência de disciplinas	28
Quadro 4: Componentes curriculares sem correspondência na nova matriz	29
Quadro 5: Requisitos de formação por disciplina.	38
Quadro 6: Docentes que atuarão no curso e sua formação	39

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 6500, Censipam - Aeroporto Cidade/UF/CEP: Porto Velho/RO –

CEP: 76.803-260. Telefones: (69) 2182-9600

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus* Porto Velho Zona Norte CNPJ: 10.817.343/0007-92

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002. Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: campusportovelhozonaorte@ifro.edu.br

1.3. CORPO DIRIGENTE

Reitor: Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Ensino: Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Xênia de Castro Barbosa Pró-Reitora de Extensão: Érica Patrícia Navarro

Pró-Reitor de Administração: Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Renato Delmonico

Diretor-Geral do Campus: Jeferson Cardoso da Silva

E-mail: dg.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9098510338701121>

Diretor de Ensino: Marilândia Martins de Almeida Machado

E-mail: de.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0227538042963694>

Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino: Thaís Guinami Pereira Alves E-mail:

dape.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6396226862549716>

Coordenador Curso Téc. em Administração Subsequente EaD: Alberto Bruno de Oliveira Viana E-mail:

cctadm.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6476165847424288>

1.4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Nacionalmente, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que teve origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, marco histórico que deu início à educação profissional pública no Brasil. A referida lei de 2008 promoveu a reorganização da Rede Federal, unificando Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs sob a denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conferindo-lhes uma estrutura moderna e integrada.

O IFRO possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparando-se às universidades federais em sua estrutura e responsabilidades. Sua missão abrange a oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, da educação básica à superior, articulando ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, atua também na promoção do desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias em estreita relação com a sociedade, buscando contribuir com a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mundo do trabalho.

Regionalmente, a instituição resulta da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que possuía 15 anos de existência. Essa fusão deu origem à Reitoria e aos cinco primeiros campi do Instituto (2008/2009). Atualmente, o IFRO está distribuído em nove municípios, com dez campi presenciais localizados estrategicamente no território rondoniense. A expansão e interiorização continuam sendo fortalecidas por meio da criação de polos de Educação a Distância (EaD), garantindo presença institucional nos 52 municípios do Estado.

Em seu processo de consolidação e ampliação, o IFRO também ultrapassou as fronteiras de Rondônia, instalando polos de EaD em outros estados, como Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais, além

de um polo internacional na Bolívia. Situado em um estado amazônico, o Instituto incorpora em sua identidade institucional o compromisso com o bioma e com o desenvolvimento sustentável da região. Sua missão enfatiza a formação humana integral, com foco no desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental. O IFRO busca consolidar-se como uma instituição inclusiva e inovadora, conectada aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e comprometida com a pesquisa aplicada, o desenvolvimento de soluções tecnológicas e a transferência de conhecimento à sociedade.

1.4.1 Evolução temporal do IFRO:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura (Lei nº 8.670/1993). Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, ofertando o curso Técnico Agrícola em Agropecuária;
- 2005: Credenciamento da Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e em Laticínios;
- 2007: Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste. Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia (Lei nº 11.534/2007), com previsão de unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: Criação do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008, integrando a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste. Criação dos campi Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena;
- 2009: Início das aulas do Campus Ji-Paraná. Primeira especialização lato sensu do IFRO (PROEJA). Autorização de funcionamento do Campus Ariquemes (Portaria nº 4/2009);
- 2010: Início das atividades dos Campi Ariquemes, Cacoal (Avançado), Porto Velho Calama e Vilhena. Implantação do curso de Licenciatura em Química no Campus Ji-Paraná;
- 2011: Início das atividades do Campus Avançado Porto Velho Zona Norte. Expansão da EaD com 22 polos e parceria com o IFPR. Primeira turma de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste;
- 2012: Primeira audiência pública do IFRO em Cacoal. Doação do terreno para o Campus Guajará-Mirim (Lei nº 1.548/2012);
- 2013: Início das atividades do Campus Porto Velho Zona Norte e expansão para 25 polos EaD. Início das obras do Campus Guajará-Mirim. Reclassificação dos campi Ariquemes, Cacoal e Porto

Velho Calama;

- 2014: Acordos de cooperação com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL) e o CIMNE.

Primeira eleição para Reitor e Diretores-Gerais;

- 2015: Parcerias internacionais com os Institutos Politécnicos de Bragança e do Porto (Portugal). Transferência do Campus Porto Velho Calama para sua sede definitiva;

- 2016: Autorização dos Campi Guajará-Mirim e Jaru (Avançado) – Portaria nº 378/2016. Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni (Bolívia);

- 2017: Inauguração do Campus Avançado Jaru. Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação, Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura em Ciências e Zootecnia;

- 2018: Implementação do PDI 2018–2022. Recredenciamento institucional (Portaria nº 267/2018). Autorização do Campus São Miguel do Guaporé e início do Mestrado Profissional em Educação Profissional;

- 2019: Início dos cursos de Medicina Veterinária nos Campi Cacoal e Colorado do Oeste;

- 2020: Início do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT);

- 2022: Revisão da Estratégia Institucional, elaboração do novo PDI (2023–2027) e diagnóstico para implantação do Campus São Miguel do Guaporé e Buritis.

- 2023: Consulta para escolha do novo Reitor e dos Diretores-Gerais dos Campi Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena;

- 2024: Autorização do Ministério da educação para criação do novo Campus do IFRO em Buritis.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) está presente em diversos municípios do estado, contando atualmente com 11 (onze) unidades administrativas, sendo 01 (uma) Reitoria, 10 (dez) campi e 01 (um) campus em fase de implantação.

1.4.2 Histórico do Campus Porto Velho Zona Norte

O Campus Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Rondônia teve seu funcionamento autorizado em 6 de dezembro de 2010, pela Portaria nº 1.366, assinada pelo então Presidente da

República Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2011, passou à condição de campus, adotando sua atual denominação, com o professor Juarez Alves das Neves Júnior nomeado como primeiro Diretor Pro Tempore pela Portaria nº 136, de 3 de março de 2011. Ainda nesse ano, foram nomeados os primeiros gestores responsáveis pela implantação da unidade: a professora Mércia Gomes Bessa Coelho como Diretora-Geral (Portaria nº 567, de 3 de outubro de 2011), o professor Miguel Fabrício Zamberlan como Coordenador Geral de Ensino (Portaria nº 485, de 2 de setembro de 2011) e o professor Gilberto Laske como Coordenador Geral de Planejamento e Administração (Portaria nº 516, de 12 de dezembro de 2011).

Em 2012, o professor Miguel Fabrício Zamberlan assumiu a Direção-Geral do campus (Portaria nº 580, de 17 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de agosto de 2012), conduzindo a consolidação das atividades acadêmicas e administrativas. A Educação a Distância (EaD) foi um dos eixos prioritários desde a criação da unidade, com os primeiros cursos ofertados em 2011, em parceria com o Instituto Federal do Paraná. Já em 2013, o campus iniciou suas primeiras turmas presenciais dos cursos Técnico em Finanças, Técnico em Informática para Internet (subsequente) e Superior de Tecnologia em Gestão Pública, além de ampliar as ofertas de cursos a distância. Em 2014, o número de polos EaD sob sua gestão alcançou 19, evidenciando o crescimento da atuação institucional.

A expansão continuou nos anos seguintes. Em 2015, realizou-se a primeira eleição para Diretor-Geral, sendo reconduzido o professor Miguel Fabrício Zamberlan. No primeiro semestre de 2016, foram iniciadas as turmas dos cursos concomitantes Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, seguidas, no segundo semestre, das ofertas dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Computação Gráfica e Técnico em Administração (subsequente). Nesse período, o campus também firmou parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), viabilizando a oferta do curso Técnico em Cooperativismo em escolas da rede estadual. Em 2017, ampliou sua oferta de ensino superior com o início do Curso de Tecnologia em Redes de Computadores.

Mais recentemente, o Campus Porto Velho Zona Norte passou a integrar o Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica (PROFNIT), reforçando seu compromisso com a pesquisa e a inovação na Rede Federal. Para o período de 2023 a 2027, o campus consolidou uma nova fase de expansão, com a oferta dos cursos técnicos integrados em Informática e em Administração no período diurno desde 2024, medida que tem promovido uma nova dinâmica institucional e fortalecido o papel do IFRO na formação técnica e tecnológica de Rondônia.

1.4.2 Histórico da EaD no IFRO

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD), vinculada ao Gabinete do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), desempenha papel estratégico no planejamento, organização e promoção das políticas de ensino a distância da instituição. Compete à DEaD a coordenação da introdução de tecnologias educacionais, a capacitação de servidores, a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e o acompanhamento das práticas pedagógicas associadas à EaD. Desde sua criação, a diretoria atua na gestão e execução de projetos e parcerias com instituições como o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e prefeituras de diversos municípios rondonienses, entre eles Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Jaru e Buritis.

A estratégia de desenvolvimento da EaD no IFRO fundamenta-se em cinco pilares: investimento tecnológico, produção de recursos pedagógicos, qualificação de pessoal, cooperação institucional e apoio a projetos da administração pública, especialmente em articulação com a Setec/MEC, com vistas à consolidação da institucionalização da modalidade no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

A implantação da Educação a Distância no IFRO está alinhada às políticas de democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, com foco na ampliação das oportunidades formativas para trabalhadores e estudantes de diferentes regiões do Estado de Rondônia. As ações iniciais concentraram-se na estruturação da infraestrutura tecnológica e na adesão a programas nacionais, como a Rede e-Tec Brasil e o Profucionário. Por meio da Rede e-Tec Brasil, em parceria com o IFPR, o IFRO iniciou, em 2011, a oferta de cursos técnicos subsequentes ao ensino médio transmitidos via satélite, contemplando áreas como Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. Em 2012, houve ampliação da oferta com os cursos Técnicos em Administração e Serviços Públicos, além dos cursos do Profucionário: Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

No processo de consolidação da EaD, o IFRO investiu em planejamento institucional e na aquisição de equipamentos para a criação de estúdios próprios de produção de conteúdos educacionais em áudio, vídeo e outras mídias, com transmissão via satélite independente. Em 2013, o Campus Porto Velho Zona Norte passou a produzir e ofertar cursos integralmente desenvolvidos em seus próprios

estúdios, como os Cursos Técnicos em Informática para a Internet e em Finanças, além do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, em parceria com o IFPR. Essas ofertas atenderam municípios distribuídos entre campi do IFRO e polos externos, ampliando significativamente o alcance da instituição. Em 2014, a expansão prosseguiu com a abertura de novos polos em diferentes municípios do estado.

A reativação da DEaD, em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, representou um marco no fortalecimento da institucionalização da modalidade, promovendo maior integração entre os campi e ampliando a capacidade de planejamento e execução das ações de EaD. Em 2016, o IFRO firmou parceria com o Governo do Estado de Rondônia para o desenvolvimento do projeto de Mediação Tecnológica, que passou a ofertar o Curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao ensino médio para estudantes da rede estadual, especialmente em regiões de difícil acesso, com aulas transmitidas ao vivo via satélite.

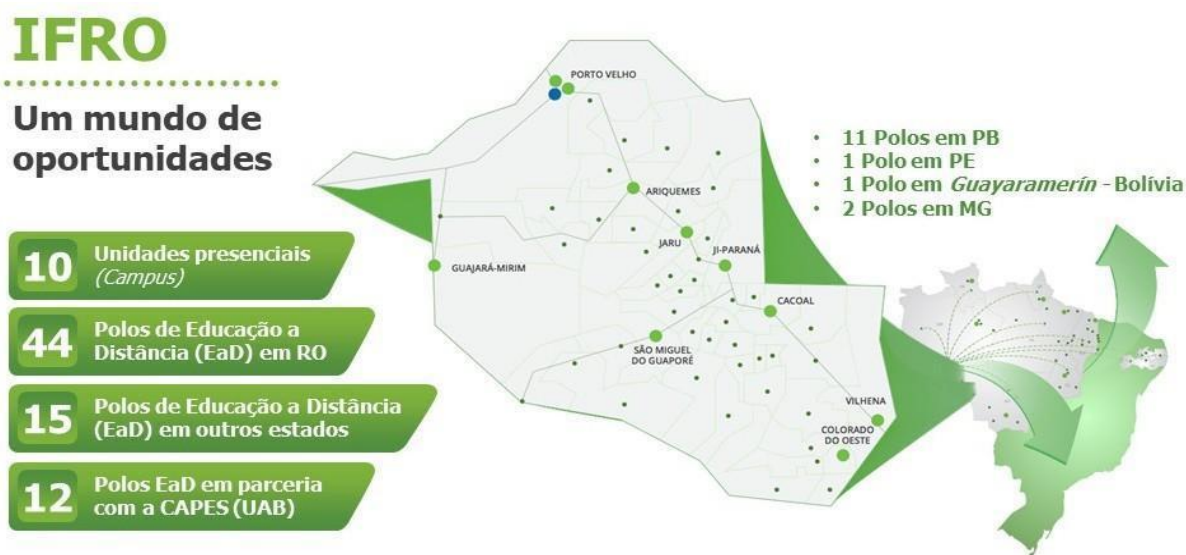
A partir de 2018, a Educação a Distância no IFRO passou a vivenciar uma fase de expansão e diversificação da oferta formativa, contemplando cursos técnicos, cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos de graduação e cursos de pós-graduação lato sensu, especialmente por meio da adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); nesse período, destacam-se, no nível de graduação, a oferta da Licenciatura em Pedagogia (EaD) e dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Pública (EaD) e Gestão Comercial (EaD), ofertados pelo Campus Vilhena e por polos vinculados ao sistema UAB; no âmbito da pós-graduação, passaram a ser ofertadas especializações a distância como a Especialização em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, a Especialização em Internet das Coisas (IoT) e a Especialização em Gestão em Educação a Distância, distribuídas em diversos polos de apoio presencial; paralelamente, o IFRO ampliou a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na modalidade EaD, com cursos on-line gratuitos e certificados em diferentes áreas do conhecimento, voltados à qualificação profissional e ao atendimento da comunidade em geral; entre 2020 e 2022, no contexto da pandemia da COVID-19, a experiência acumulada na EaD fortaleceu o uso institucional de ambientes virtuais de aprendizagem e metodologias mediadas por tecnologias digitais, consolidando práticas pedagógicas inovadoras e integradas entre o ensino presencial e a distância e reafirmando a EaD como política estruturante no âmbito do IFRO.

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia mantém uma rede consolidada de polos de Educação a Distância, composta por polos próprios, polos em parceria com

prefeituras municipais e polos vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, distribuídos de forma estratégica no Estado de Rondônia e em outras unidades da federação. Nesse contexto, o Campus Porto Velho Zona Norte destaca-se como centro produtor de materiais educacionais e referência institucional em EaD, desempenhando papel central na expansão e qualificação da oferta, por meio de investimentos em infraestrutura tecnológica, ambientes virtuais de aprendizagem, formação de equipes multidisciplinares e metodologias pedagógicas inovadoras.

A atuação da EaD no IFRO ultrapassa as fronteiras estaduais, alcançando outros estados brasileiros e um polo internacional, o que reforça a cooperação interinstitucional e transfronteiriça. Essa expansão reafirma a Educação a Distância como instrumento estratégico de democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, consolidando o IFRO como referência regional, nacional e internacional na oferta dessa modalidade.

Figura 1: Distribuição Geográfica do IFRO



Fonte: PDI 2023-2027

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi criado com o propósito de atender às demandas educacionais regionais voltadas à formação profissional de nível médio e superior, contribuindo para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico do Estado e do país. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi elaborado considerando os desafios contemporâneos da formação técnica e profissional, em um contexto de profundas transformações sociais, tecnológicas e econômicas que impactam diretamente o mercado de trabalho e o exercício das profissões. O IFRO desempenha um papel essencial como instituição reflexiva e transformadora, promovendo o desenvolvimento da cultura, da criatividade e da imaginação, além de contribuir para a consolidação de princípios éticos que orientam o comportamento humano e a convivência social. Nesse sentido, o Curso Técnico em Administração tem como objetivo formar profissionais com competências e habilidades que lhes permitam atuar de forma crítica, eficiente e contextualizada, atendendo às demandas organizacionais e sociais da região e do país.

Este projeto pedagógico apresenta uma visão integrada da carreira técnica em Administração, abordando aspectos como perfil profissional, missão, contexto histórico e geográfico, objetivos, concepções formativas e organização curricular. A proposta, tanto em sua estrutura global quanto em seus detalhamentos específicos, serve como referência para o processo de formação dos técnicos, respondendo às necessidades da comunidade local e às particularidades do desenvolvimento regional. O IFRO compreende que todos os cursos ofertados em seus diversos campi devem estar fundamentados em uma estrutura pedagógica que valorize as características gerais do Estado de Rondônia e as peculiaridades de cada microrregião. Assim, o PPC do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade EaD – Campus Porto Velho Zona Norte apresenta uma organização curricular flexível, capaz de contemplar a diversidade dos conhecimentos prévios dos estudantes e de atender às demandas socioeconômicas e ambientais atuais. A concepção do curso busca promover a formação pessoal, profissional e científica, preparando os alunos para a reflexão crítica e para a produção de novos conhecimentos. Por fim, este documento também se configura como um instrumento de gestão administrativa e pedagógica, que orienta o desenvolvimento do curso e contribui para que os estudantes aprendam a ser, fazer, conhecer e viver em sociedade.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio

Modalidade: Educação a Distância (EaD)

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Carga Horária: 800 horas

Vagas: 250 vagas

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Regime de Matrícula: Semestral

Prazo para integralização do Curso: no mínimo dois (2) semestres, no máximo, quatro (4) semestres.

2.2 JUSTIFICATIVA

2.2.1 Área de Atuação do Campus e Previsão de Oferta de Cursos no PDI.

A oferta do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na modalidade EaD, pelo Campus Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), justifica-se pela necessidade de formação de profissionais qualificados na área de Gestão e Tecnologia, eixo tecnológico que orienta as principais ações formativas desta unidade.

A reformulação do Projeto Pedagógico Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na modalidade EaD, Campus Porto Velho Zona Norte, com a adequação da carga horária total de 1.000h (mil horas) para 800h (oitocentas horas), em consonância a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, a qual estabelece que os cursos técnicos de nível médio subsequentes podem ter carga horária mínima de 800 horas, desde que assegurado o desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil de conclusão do egresso.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027) do IFRO define como diretriz estratégica a ampliação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos voltados às demandas regionais e à promoção do desenvolvimento sustentável de Rondônia. Nesse contexto, o Campus Porto Velho Zona Norte concentra sua atuação nos eixos Gestão e Negócios e Informação e Comunicação, buscando

atender às exigências de qualificação profissional dos diversos segmentos produtivos, com ênfase na formação de técnicos capazes de atuar com eficiência, ética e inovação em ambientes organizacionais públicos e privados.

A modalidade Educação a Distância (EaD) amplia o alcance institucional do IFRO, favorecendo o acesso de trabalhadores, jovens e adultos que já concluíram o ensino médio, mas não dispõem de tempo ou condições para frequentar cursos presenciais. Assim, a oferta do curso na modalidade EaD contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, em consonância com as políticas públicas de inclusão e interiorização da rede federal.

2.2.2 Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional

Conforme dados do PDI 2023–2027, a região de Porto Velho se destaca como um importante polo econômico de Rondônia, reunindo atividades produtivas diversificadas que compõem os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Dentre os principais APLs identificados, destacam-se a fruticultura, a piscicultura, a indústria de alimentos, a construção civil, a geração e distribuição de energia elétrica, além dos setores de comércio, serviços e tecnologia da informação.

Esses segmentos demandam profissionais aptos a atuar na gestão administrativa, financeira, logística e de pessoas, contribuindo para o fortalecimento das organizações e a geração de renda e emprego. O Curso Técnico em Administração, ao articular teoria e prática, prepara o estudante para compreender as dinâmicas produtivas regionais e aplicar princípios de gestão com foco em eficiência, eficácia e efetividade, em sintonia com as necessidades do setor produtivo local.

Dessa forma, o curso contribui diretamente para o desenvolvimento regional sustentável, fortalecendo os arranjos produtivos e promovendo a formação de cidadãos comprometidos com a inovação, a responsabilidade social e o progresso econômico de Rondônia.

2.2.3 Demanda Socioeconômica e Educacional

O município de Porto Velho apresenta expressivo potencial de desenvolvimento econômico e social. De acordo com o IBGE (2020), o salário médio mensal na capital era de 3,3 salários mínimos, e o PIB per capita atingiu R\$36.059,00, colocando a cidade entre as mais produtivas da Região Norte. O

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evoluiu de 0,736 (2010) para 0,823 (2020), indicando melhoria na qualidade de vida e nas oportunidades de trabalho.

Paralelamente, a cidade abriga significativa população jovem em idade produtiva: estima-se que cerca de 50 mil jovens entre 15 e 19 anos estejam em processo de inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a formação técnica surge como alternativa estratégica para ampliar as oportunidades de empregabilidade e inclusão social.

Os resultados da Pesquisa de Atividade Econômica Regional do IFRO (2012) apontaram elevado interesse nas áreas de Administração (91%), Vendas (88%), Finanças (86%), Comunicação (84%), Informática (83%) e Gestão (81%). Essa tendência foi confirmada por uma pesquisa de demanda realizada em 2015 nas escolas estaduais da capital, que identificou o eixo Gestão e Negócios como prioritário entre os estudantes.

Esses dados reforçam a pertinência da oferta do Curso Técnico em Administração na modalidade EaD, uma vez que há alta demanda social e produtiva por profissionais qualificados na área. O curso se alinha, portanto, às metas institucionais do IFRO e às políticas nacionais de educação profissional e tecnológica, consolidando-se como instrumento de desenvolvimento econômico, inclusão e inovação no estado de Rondônia.

2.3 PÚBLICO-ALVO

O Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, na modalidade EaD, destina-se aos alunos que concluíram o Ensino Médio, tanto da rede pública ou privada de ensino, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que tenham sido selecionados em processo seletivo público.

2.3.1 Vagas

Em 2026, o IFRO prevê a oferta de 250 vagas para o curso Técnico em Administração subsequente ao ensino médio, na modalidade Educação a Distância, distribuídas de forma estratégica entre diversos polos de apoio presencial:

Quadro 1: Relação de polos de apoio presencial

Polo de Apoio Presencial	Município/UF	Vagas
Polo Porto Velho Zona Norte	Porto Velho/RO	50
Polo de Alto Paraíso	Alto Paraíso/RO	10
Polo de Cacaulândia	Cacaulândia/RO	10
Polo de Castanheiras	Castanheiras/RO	10
Polo de Cerejeiras	Cerejeiras/RO	10
Polo de Chupinguaia	Chupinguaia/RO	10
Polo de Governador Jorge Teixeira	Gov. Jorge Teixeira/RO	10
Polo de Itapuã do Oeste	Itapuã do Oeste/RO	10
Polo de Nova Mamoré	Nova Mamoré/RO	10
Polo de Ouro Preto do Oeste	Ouro Preto do Oeste/RO	10
Polo de Pimenta Bueno	Pimenta Bueno/RO	10
Polo de Presidente Médici	Presidente Médici/RO	10
Polo de São Felipe	São Felipe d'Oeste/RO	10
Polo de São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé/RO	10
Polo de Seringueiras	Seringueiras/RO	10
Polo de Theobroma	Theobroma/RO	10
Polo de Vale do Paraíso	Vale do Paraíso/RO	10
Polo de Santa Rita de Caldas	Santa Rita de Caldas/MG	10
Polo de Esperança	Esperança/PB	10
Polo de Mari	Mari/PB	10
Polo de Olho d'Água	Olho d'Água/PB	10
Total Geral		250

2.3.2 Forma de Ingresso

O ingresso no curso dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, ou mediante demanda exclusiva ou apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino também pública e que ofereça educação profissional, científica ou tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido nas regulamentações do IFRO e coordenador pela Coordenação de Exames e Admissão – CEA.

O quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano ou semestre será indicado ao Reitor pela Direção-Geral do *Campus* onde as vagas estarão dispostas, em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob organização da Direção-Geral.

O ingresso por transferência poderá ocorrer para alunos matriculados no curso Administração subsequente modalidade EAD e seguirá os trâmites previsto na Resolução Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO/2026 que dispõe sobre a Reformulação do Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (ROA).

2.4 OBJETIVOS

2.4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais cidadãos empreendedores, competentes, com conhecimentos técnicos, eticamente responsáveis e comprometidos com o bem estar da coletividade e que saibam associar a teoria à prática, fazendo uso das habilidades e atitudes compatíveis com a área de gestão e negócios.

2.4.2 Objetivos Específicos

- Propiciar aos discentes formações técnica e cidadã para que se tornem aptos a conhecer e compreender os princípios da Administração, com uma visão empreendedora e consciente de suas responsabilidades no desenvolvimento de sua região;

- Buscar a melhoria contínua das organizações, por meio de uma postura proativa, criativa e reflexiva;
- Empreender ideias e negócios, com inovação e criatividade, pensando local e agindo globalmente;
- Identificar oportunidades para fazer da teoria uma prática viável, visando soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade das organizações inseridas na área de negócios nacionais e internacionais.

2.5 PERFIL DE EGRESSO

O egresso do Curso Técnico em Administração, na forma subsequente, será um profissional qualificado para atuar em organizações públicas, privadas e do terceiro setor, desenvolvendo atividades de apoio aos processos administrativos, em consonância com as competências do eixo tecnológico Gestão e Negócios e com as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Estará apto a executar e apoiar rotinas administrativas relacionadas ao planejamento, organização, controle e avaliação dos processos organizacionais, nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística, marketing e atendimento ao cliente, utilizando instrumentos e técnicas de gestão, tecnologias da informação e comunicação e indicadores de desempenho, observando normas, procedimentos e legislações vigentes.

O egresso deverá atuar de forma ética, responsável e sustentável, com visão sistêmica do ambiente organizacional, demonstrando capacidade de comunicação, organização, trabalho em equipe, resolução de problemas e tomada de decisões compatíveis com seu nível de formação, contribuindo para a eficiência dos processos, a melhoria contínua e o desenvolvimento institucional e social.

2.5.1 Áreas De Atuação

Conforme previsão na 4ª edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2024), o egresso tem condições que lhe permitam:

- a) Executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, gestão financeira, orçamentária e mercadológica.

- b) Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, sejam operacionais, de coordenação, de chefia intermediária ou de direção superior, sob orientação.
- c) Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros.
- d) Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos.
- e) Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) fundamenta-se nas atuais diretrizes e políticas nacionais de educação, em especial nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que estabelece novas orientações para a organização dos itinerários formativos e redefine a formação geral e técnica do estudante brasileiro (BRASIL, 2024a). Também se ancora nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, definidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que dispõem sobre os princípios, fundamentos e objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), buscando consolidar uma formação integral que articule o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura (BRASIL, 2021).

De forma articulada a essas diretrizes, o curso observa as orientações constantes da Portaria SETEC nº 46, de 31 de outubro de 2024, e da Portaria MEC nº 5, de 24 de fevereiro de 2025, que regulamentam a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), definindo eixos tecnológicos, perfis profissionais e competências esperadas (BRASIL, 2024b; BRASIL, 2025). As metodologias adotadas, alinhadas a esses instrumentos, buscam proporcionar uma formação sólida, interdisciplinar e integrada, formando um profissional generalista com autonomia intelectual e ética, apto a atuar criticamente e de modo inovador nas diferentes áreas da administração pública e privada. Essa concepção pedagógica apoia-se na noção de formação humana integral, conforme preconiza a EPT, que propõe a indissociabilidade entre teoria e prática, superando a fragmentação entre o pensar, o planejar e

o executar — traço historicamente presente na divisão social do trabalho.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), o IFRO reafirma o compromisso de que o acesso à educação de qualidade constitui condição essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, o curso contribui para o cumprimento das metas de expansão e democratização da Educação Profissional e Tecnológica, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027), coordenado pela PRODIN, reforçando o compromisso institucional com a inclusão, a inovação e a formação cidadã. Nesse sentido, o IFRO adere ao movimento “Todos pela Educação”, promovendo ações que garantam a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes, com respeito à diversidade cultural e à valorização das identidades regionais, em consonância com a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2008), e com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Também são observadas as normas de acessibilidade e inclusão previstas na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o uso da Libras e estabelece parâmetros de acessibilidade comunicacional e pedagógica (BRASIL, 2000; BRASIL, 2005).

As metodologias de ensino-aprendizagem adotadas serão pautadas em práticas participativas e integradoras, privilegiando aulas dialogadas, trabalhos colaborativos e atividades práticas que permitam ao estudante aplicar os conhecimentos teóricos em situações concretas. O processo formativo será construído a partir de um planejamento pedagógico intencional, ancorado em bases teórico-científicas e sustentado pela inter-relação entre teoria e prática. Nesse contexto, as disciplinas de cada período letivo funcionarão como espaços de flexibilização curricular, permitindo adaptações às especificidades regionais e aos itinerários formativos, sem comprometer a unidade e a equivalência dos processos formativos.

A dimensão prática não se restringirá ao estágio supervisionado ou ao trabalho de conclusão de curso. Desde o início da formação, os estudantes serão incentivados a desenvolver atividades experimentais, projetos integradores, estudos de caso e pesquisas aplicadas que favoreçam a contextualização do aprendizado e o fortalecimento das competências profissionais. Como defende Libâneo (1994), a prática revestida pela teoria é essencial para uma ação pedagógica crítica e transformadora, sendo teoria e prática dimensões inseparáveis na construção do conhecimento.

A execução das ações educacionais observará, ainda, as normas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme a Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009, garantindo os princípios de gestão democrática e a sustentabilidade financeira e pedagógica das ofertas (BRASIL, 2009). Dessa forma, o Curso Técnico em Administração Subsequente EaD do IFRO consolida-se como uma proposta formativa inclusiva, crítica e comprometida com a formação integral do cidadão-trabalhador, em plena consonância com as legislações educacionais vigentes, com o PDI institucional e com as necessidades contemporâneas de desenvolvimento regional e nacional.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações. Dessa forma, a interação professor/aluno deve ser compreendida como um aspecto fundamental da organização escolar.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, dentro das opções dadas pelo ambiente virtual, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros: aulas expositivas/dialogadas; leitura e discussão de textos; pesquisas; estudos e trabalho em grupo; exercícios de interpretação de textos; dinâmicas de grupo; seminários temáticos; debates/discussões; elaboração de projetos de pesquisa; pesquisas teóricas/bibliográficas; análises da legislação; visitas técnicas em instituições conveniadas e outras; estudos de caso; exposição de trabalho; leituras de artigos atuais de revistas, jornais e outros meios de comunicação para análise e condensação; exposição de filme/documentário; elaborações de fichamento; resumos de textos pré-selecionados; simulações; oficinas de aulas práticas (laboratório/workshop); portfólios; estudos dirigidos; mapas conceituais; tempestades de ideias; simpósios. Portanto, a operacionalização do curso ocorrerá por meio de:

Momentos Presenciais: a mediação acontece no formato de teleaulas, com a exposição e discussão dos conteúdos, tendo como suporte o material didático. A mediação da aprendizagem será

acompanhada pelo professor mediador presencial. Destacamos que as avaliações ocorrerão presencialmente.

Estudos a Distância: Os estudos a distância estão apoiados em atividades complementares - as atividades de percurso. Atividades de Percurso (AP) são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e que visam à complementação dos estudos.

Atividades Interdisciplinares: As atividades de interdisciplinares serão desenvolvidas de modo a propiciar um diálogo entre os conhecimentos, relacionando-os entre si para a compreensão da realidade e resolução de problemas. As atividades interdisciplinares poderão estar assim configuradas, de acordo com a deliberação dos professores do curso.

Este projeto contempla, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas previstos na Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que “Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”, especialmente em seu artigo 11, inciso VI. Tais temas serão desenvolvidos como conteúdos transversais, ao longo do ano letivo, por meio de ações integradoras e interdisciplinares, articuladas com os diversos componentes curriculares. Os eixos temáticos apresentados a seguir representam referenciais que poderão ser adaptados, ampliados ou suplementados durante a fase de planejamento pedagógico.

- a) Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999): estudo da Constituição e do meio ambiente; importância da legislação ambiental e sua relação com a cidadania e a sustentabilidade.
- b) Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003): compreensão dos processos de envelhecimento;
- c) Promoção da alimentação saudável e do bem-estar dos idosos; análise de políticas públicas, serviços e ações de proteção; responsabilidades da família, escola e sociedade; e penalidades por negligência ou violência.
- d) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais; papel das entidades de proteção e apoio; promoção do bem-estar e da convivência social; e penalidades para casos de negligência, abuso ou violação de direitos.
- e) Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997): valorização da convivência segura e respeitosa no trânsito; organização e funcionamento das cidades; papel dos órgãos e entidades de trânsito; e conscientização sobre o uso responsável dos veículos.
- f) Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009): promoção da alimentação saudável; segurança alimentar e nutricional; e ações de prevenção em saúde.

g) Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009): valorização da diversidade e das identidades quanto à religião, sexualidade, gênero e gerações; reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais; educação para a convivência democrática e respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.

h) Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 1/2004; Lei nº 12.343/2010): valorização da diversidade étnico-cultural brasileira; promoção do respeito às manifestações culturais e históricas das comunidades tradicionais; e fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas.

3.1.2 Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico configuram-se como instrumentos essenciais para a efetiva consolidação da proposta curricular do curso, tendo como propósito assegurar o desenvolvimento do perfil profissional e das competências previstas para os discentes. Fundamentadas no diálogo permanente e na observação sistemática dos processos de ensino e aprendizagem, tais estratégias devem ocorrer desde o início do percurso formativo, evitando-se que o acompanhamento se restrinja a um simples diagnóstico. Assim, sempre que forem detectadas discrepâncias entre o desempenho de um discente e o grupo, ou entre o desempenho da turma e os objetivos gerais do curso, devem ser implementados, de imediato, instrumentos de nivelamento e planos de ação pedagógica, de modo a garantir a equidade na aprendizagem e a permanência qualificada de todos os alunos.

Nesse contexto, o acompanhamento pedagógico deve ser entendido como um processo contínuo, colaborativo e articulado entre docentes, coordenação e equipe pedagógica. Todos os professores, em conjunto com a coordenação do curso, devem ser capazes de identificar eventuais dificuldades de aprendizagem, realizar encaminhamentos adequados e adotar estratégias que atendam às especificidades dos estudantes. Quando houver necessidade de apoio especializado, os discentes deverão ser orientados e encaminhados aos serviços institucionais competentes, em especial ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A atuação do NAPNE, regulamentada pela Resolução nº 24/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de maio de 2023, é fundamental no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, pois garante a efetivação de políticas de acessibilidade e inclusão educacional, prestando apoio psicopedagógico e promovendo a adaptação de materiais, metodologias e

avaliações conforme as necessidades individuais de cada estudante (IFRO, 2023).

Essas ações estão amparadas pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assegurando-lhes condições adequadas de autonomia e participação em todos os espaços educacionais (BRASIL, 2000). A referida legislação orienta que as instituições de ensino adotem medidas de natureza arquitetônica, comunicacional e pedagógica que eliminem barreiras, promovendo o acesso equitativo ao conhecimento. Complementarmente, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reforça a necessidade de garantir a esses estudantes o acesso à educação e à inclusão social, assegurando-lhes o atendimento especializado e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades (BRASIL, 2012). Dessa forma, o acompanhamento pedagógico assume um papel estratégico na concretização das políticas públicas de educação inclusiva, promovendo um ambiente formativo acolhedor, democrático e respeitoso às diversidades humanas.

Entre as principais ações de acompanhamento, destacam-se: acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e aprendizagem, com levantamento de indicadores que subsidiem ações pedagógicas específicas; orientar alunos, docentes e equipe pedagógica quanto às intervenções necessárias; avaliar e validar os planos de ensino antes do início de cada período letivo, garantindo coerência com o projeto pedagógico do curso; e promover reuniões periódicas com docentes, discentes e equipe de apoio, destinadas à análise dos resultados acadêmicos e à construção coletiva de estratégias de melhoria. Além disso, cabe à coordenação do curso promover momentos de orientação e formação docente, convocar reuniões ordinárias e extraordinárias para discutir problemáticas pedagógicas, e articular ações conjuntas com os núcleos institucionais de apoio, como o NAPNE.

O docente constitui a primeira instância do acompanhamento pedagógico, sendo responsável por identificar dificuldades de aprendizagem, propor alternativas metodológicas e orientar os estudantes no desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo. Já a coordenação do curso, como segunda instância, tem a função de supervisionar e integrar as ações pedagógicas, garantindo o alinhamento entre o corpo docente e as diretrizes institucionais. Quando o caso ultrapassar sua competência, deverá encaminhar o discente aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que, por meio de uma equipe multidisciplinar, assegura acompanhamento psicopedagógico e educacional adequado. Assim, o acompanhamento pedagógico, sustentado em princípios legais e institucionais, consolida-se como um

eixo transversal da formação profissional e humana, promovendo a inclusão, o respeito às diferenças e a qualidade social da educação ofertada.

3.1.3 Estratégias de flexibilização curricular

A matriz curricular do curso Técnico em Administração Subsequente EAD foi construída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e serem desenvolvidos por meio de disciplinas e projetos integradores. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. Em observação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2023-2027), a fim de proporcionar a flexibilidade curricular, são admitidas, conforme normativa nacional e institucional, respeitando-se as áreas e possibilidades, as seguintes estratégias:

- Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso.

3.1.4 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais

A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012) afirma que ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como

fórum, envio de tarefas, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também um ambiente de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias que esta plataforma possui.

Cada plano de ensino de disciplina deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e os elementos específicos de EaD, os quais trarão metodologias específicas. As atividades de EaD podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas. Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no ROA e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

3.1.5 Atividades de Acompanhamento a Distância

A modalidade à distância objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no ensino técnico presencial, bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e à distância, a fim de introduzir uma cultura de educação on-line. Moran (2009) define a modalidade de Educação à Distância como uma forma de ensino em que professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e no tempo, e a aprendizagem ocorre por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não contar com aulas presenciais.

Os profissionais responsáveis pelo acompanhamento direto dos alunos são os professores mediadores. A mediação tem o objetivo de construir habilidades no sujeito, a fim de promover sua plena autonomia. Entende-se como uma posição humanizadora, positiva, construtiva e potencializadora no complexo mundo da relação educativa (ARAÚJO, 2016). A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCN-EPT), também ressalta a importância da mediação pedagógica no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), destacando que o docente deve atuar como facilitador da aprendizagem, orientando o estudante em processos autônomos e colaborativos de construção do conhecimento.

O papel do professor mediador é crucial entre o aprendizado e a vivência de cada aluno. A cada etapa concluída, o aprimoramento se torna contínuo, pois a construção de habilidades e competências se

faz necessária em todos os processos educativos. Esse princípio é reforçado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e prevê, em seu artigo 11, inciso VI, a inserção de temas transversais e metodologias inovadoras apoiadas em TDIC, como parte essencial da formação integral e da cultura digital no processo educativo.

O corpo de professores mediadores desempenha, portanto, papel fundamental no processo educacional de cursos ofertados na modalidade EaD. A mediação consiste em um componente indispensável à garantia da qualidade educacional, demandando profissionais capacitados para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e estimular sua autonomia. O trabalho do professor mediador é uma via de mão dupla, pois ele mediatiza a aprendizagem dos alunos e, simultaneamente, aprimora sua própria prática pedagógica (OLIVEIRA; SUELE, 2017). O professor mediador na EaD atua como “uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem”, sendo essa interação facilitada pelas atitudes, pela empatia e pelo acompanhamento contínuo exercido pelo docente.

No contexto institucional, conforme a Instrução Normativa nº 5/2018/REIT – PROEN/REIT, do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), o professor mediador tem a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva do conhecimento, selecionar materiais de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, coordenar e ministrar as atividades presenciais, acompanhar as atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), elaborar, aplicar e corrigir as atividades avaliativas de ensino-aprendizagem, prestar assistência aos alunos e manter comunicação constante com a turma.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

Conforme disposto no art. 20 da Resolução nº 1/2021/CNE/CEB, a organização dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturados por eixo tecnológico, deve contemplar a constituição de uma base tecnológica composta por métodos, técnicas, ferramentas e demais elementos inerentes às tecnologias relacionadas ao curso, bem como os elementos característicos das áreas tecnológicas correspondentes ao respectivo eixo, incluindo os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as sustentam, devidamente contextualizados no setor produtivo.

A matriz curricular do Curso Técnico em Administração Subsequente EAD está estruturada de

acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O curso está organizado em itinerários formativos definidos como semestres letivos e envolve disciplinas distribuídas em dois núcleos: o núcleo profissionalizante e o complementar.

a) **Núcleo profissionalizante:** composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Administração, conforme o que a legislação determina. As disciplinas deste núcleo agregam à formação interdisciplinar dos alunos os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As disciplinas consolidam uma formação do aluno com vistas ao preparo para o mundo do trabalho e a vida em sociedade.

b) **Núcleo complementar:** integra atividades que visam aprofundar, diversificar ou flexibilizar a formação do aluno, para além dos conteúdos básicos e profissionalizantes obrigatórios, assim como mostra a amplitude do trabalho do técnico em Administração na área de conhecimento Gestão e Negócios.

3.2.1 Matriz Curricular

A matriz curricular está pautada na análise dos conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como na consideração dos aportes contidos no currículo referência, visando à equalização e à unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Quadro 2: Matriz Curricular do curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade EaD.

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO/EAD							
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE							
Conforme a LDB nº 9.394/96, Res. CNE/CEB nº 2/2024, Port. SETEC nº 46/2024 Duração da aula: 50 minutos							
Módulos/Etapas		Disciplinas	Semanas letivas	Número de Aulas		TOTAL (Hora-aula)	TOTAL (Hora-relógio)
				EaD	Presencial (20%)		
PRIMEIRO MÓDULO	E1	Direito de Empresa	4	48	12	60	50
		Economia e Mercados		48	12	60	50
	E2	Fundamentos de Administração	4	48	12	60	50
		Matemática Financeira		48	12	60	50
	E3	Informática Aplicada	4	32	8	40	33,33
		Contabilidade Geral		32	8	40	33,33
	E4	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	4	32	8	40	33,33
		Ética Profissional		32	8	40	33,33
	E5	Redação Oficial e Comercial	4	32	8	40	33,33
		Projeto Integrador I		32	8	40	33,33
Subtotal 1			20	384	96	480	400
SEGUNDO MÓDULO	E1	Administração da Produção	4	48	12	60	50
		Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional		48	12	60	50
	E2	Matemática Financeira Aplicada	4	48	12	60	50
		Planejamento Organizacional		48	12	60	50
	E3	Contabilidade de Custos	4	32	8	40	33,33
		Empreendedorismo e Inovação		32	8	40	33,33
	E4	Fundamentos de Logística	4	32	8	40	33,3
		Gestão Ambiental e Sustentabilidade		32	8	40	33,3
	E5	Marketing e Vendas	4	32	8	40	33,33
		Projeto Integrador II		32	8	40	33,33
Subtotal 2			20	384	96	480	400
Total Geral			40	768	192	960	800

3.2.1 Equivalências de componentes curriculares

Em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, fica instituído o quadro de equivalências, destinado aos discentes de turmas anteriores, para fins de aproveitamento de estudos e atendimento às situações de dependência em componentes curriculares. Os componentes curriculares sem correspondência na nova matriz deverão ser ofertados em regime especial durante o período de integralização do curso.

Quadro 3: Equivalência de disciplinas

Componente matriz 197 - Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio 2020 (2020)	Carga Horária	Componente matriz (2026)	Carga Horária
Fundamentos da Administração	50h	Fundamentos de Administração	50h
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	33,33h	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	33,33h
Introdução à Informática	33,33h	Informática Aplicada	33,33h
Matemática Financeira Aplicada	50h	Matemática Financeira Aplicada	50h
Redação Oficial e Comercial	33,33h	Redação Oficial e Comercial	3,33h
Ética Profissional	33,33h	Ética Profissional	33,33h
Fundamentos de Logística	33,33h	Fundamentos de Logística	33,33h
Gestão de Pessoas	50h	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	50h
Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	33,33h	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	33,33h
Empreendedorismo e Inovação	50h	Empreendedorismo e Inovação	33,33h
Planejamento Empresarial	33,33h	Planejamento Organizacional	50h
Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança	33,33h	Marketing e Vendas	33,33h

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Quadro 4: Componentes curriculares sem correspondência na nova matriz

Componente matriz 197	Carga Horária
Fundamentos de Economia	50h
Legislação Empresarial e Consumerista	50h
Noções de Contabilidade	50h
Administração da Produção e Operações	33,33h
Economia Regional	50h
Fundamentos do Direito Tributário e Trabalhista	50h
Administração Mercadológica	50h
Organização Empresarial	50h
Projeto Integrador	50h
Planejamento Financeiro	50h
Projetos Empresariais	33,33h

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

3.3 AVALIAÇÃO

3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do desempenho do discente, elemento fundamental para o acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os "[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais", conforme previsão na LDB 9.394/96, art. 24.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e continuidade. Esta estrutura observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais

critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação. A avaliação do desempenho do discente será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- Autoavaliação;
- Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, dentre outras estratégias pedagógicas);
- Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos na Resolução Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO, de 05 de janeiro de 2026 que dispõe sobre a Reformulação do Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% nas aulas e demais atividades programadas. Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem; Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca do aprendizado;
- Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre por meio de menções ou notas.

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção, recuperação, exame final, avaliação de segunda chamada estão contidos na Resolução Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO, de 05 de janeiro de 2026 que dispõe sobre a Reformulação do Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do IFRO. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo campus, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

- Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussão em Conselho de Classe e de acordo com suas recomendações;
- Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
- Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

3.3.2 Avaliação do curso

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica constantemente instrumentos avaliativos, a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias. A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais. O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos, como forma de construção de uma identidade coletiva.

Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte. A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, para que sejam propostas as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores. Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de avaliação do curso junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção

de relatórios conclusivos e a análise dos mesmos pela CPA, pela Coordenação do Curso e apreciados pelo Colegiado do Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

No âmbito do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, ofertado na modalidade de Educação a Distância (EaD), a prática profissional será disponibilizada na forma de estágio não obrigatório. Conforme disposto no Regulamento de Estágio do IFRO, o estágio não obrigatório caracteriza-se como atividade de caráter opcional, desenvolvida de forma complementar à carga horária regular e obrigatória do curso, podendo ser realizada mediante solicitação do estudante.

Para este curso, o estágio não obrigatório poderá ter carga horária máxima de até 160 horas, correspondente a 20% da carga horária total do curso, em consonância com o que estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). O estágio poderá ser iniciado a partir da matrícula do estudante no curso e deverá ser concluído dentro do prazo máximo de integralização curricular, desde que mantida a regularidade de matrícula.

Considerando a natureza do Curso Técnico em Administração, ofertado na modalidade EaD, e a opção institucional de não incluir a Prática Profissional obrigatória em sua organização curricular, o curso adota os componentes curriculares Projeto Integrador I e Projeto Integrador II como estratégias pedagógicas voltadas à consolidação das competências técnicas, profissionais e socioemocionais necessárias à atuação no mundo do trabalho.

O Projeto Integrador I, terá como enfoque promover a articulação entre os conhecimentos introdutórios da área administrativa e sua aplicação em contextos organizacionais reais ou simulados, possibilitando ao estudante o desenvolvimento de competências essenciais à prática profissional inicial, que recairá sobre a compreensão do ambiente organizacional, a análise de contextos administrativos e o desenvolvimento de soluções iniciais para problemas reais ou simulados, possibilitando ao estudante

reconhecer a dinâmica das organizações e os fundamentos da prática administrativa. No Projeto Integrador II, o estudante será instigado a aprofundar essas análises, elaborando propostas mais complexas e integradas, que envolvam planejamento, tomada de decisão, inovação e visão sistêmica, consolidando as competências profissionais previstas no perfil de conclusão do curso.

Dessa forma, os Projetos Integradores configuram-se como espaços pedagógicos privilegiados para a vivência de situações típicas da prática profissional do Técnico em Administração. Os componentes curriculares, de caráter interdisciplinar, foram concebidos para promover a articulação entre os conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo do curso e sua aplicação em situações-problema contextualizadas, alinhadas às demandas e práticas do campo da Administração. Por meio desses componentes, o estudante será estimulado a mobilizar saberes, habilidades e atitudes relacionadas às áreas de gestão, organização, planejamento, processos administrativos, recursos humanos, marketing, finanças e empreendedorismo.

3.4 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Aos alunos do Curso Técnico em Administração Subsequente EaD será proporcionada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, não obrigatórias, tais como:

- Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
- Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
- Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
- Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, nas quais

se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem observação do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.6.1 A Inclusão Educacional

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Educacional Específica – NAPNE, que tem sua atuação baseada na Resolução Consup/IFRO nº 24, de 26 de maio de 2023, que dispõe sobre seu regulamento.

Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

- Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, e Resolução nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer nº 3/2004/CNE/CP.
- Educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Ampara-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018.
- Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros.
- Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de

2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução n. 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que entendemos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade. Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e ao mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO vem desenvolvendo políticas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade.

O tratamento profissional ofertado à pessoa com necessidade educacional específica deve estar de acordo com sua vocação. Este fundamento está refletido também na LBI, no art. 28, XVIII, que trata do acesso à Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em igualdade de oportunidades.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

3.6.2 Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), no que compete a estes setores, e também com o apoio do Coordenador do Curso, que está à sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da IES. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades especiais de adaptação e de aprendizagem.

Para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

Os programas de assistência estudantil podem ser de atendimento universal, que engloba todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial e presencial-virtual, ou de atendimento a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Esses programas são desenvolvidos por meio das seguintes ações: atenção à saúde e apoio biopsicossocial, acompanhamento e suporte ao ensino, desenvolvimento técnico-científico, pró-cidadania, monitoria, apoio às pessoas com necessidades educativas específicas, educação para diversidade e incentivo a atividades esportivas e lazer.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático-pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

3.6.3 Plano Educacional Individualizado - PEI

O PEI é um documento pedagógico personalizado, elaborado por equipe multiprofissional e família, para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é garantir a inclusão escolar por meio de estratégias de ensino adaptadas, metas de curto, médio e longo prazo, e avaliação contínua. O PEI pode ser parte integrante de uma educação equitativa, pois promove:

- A personalização do ensino, ao identificar habilidades, interesses, dificuldades e potencialidades do estudante e, a partir disso, definir objetivos e estratégias para atender às suas necessidades educacionais;
- Adaptação curricular, ao orientar a equipe pedagógica sobre como adaptar os conteúdos, atividades, avaliações e metodologias para garantir que o estudante consiga aprender no seu ritmo e com os recursos necessários;
- como uma ferramenta de acompanhamento contínuo, uma vez que permite que os educadores e a equipe pedagógica avaliem o progresso do aluno e ajustem estratégias quando necessário;
- O planejamento é feito por uma equipe multidisciplinar, que pode incluir professores, coordenadores pedagógicos e psicólogos. Isso assegura que todas as áreas do desenvolvimento do aluno sejam contempladas.

3.7 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM

3.7.1 Recursos de Informática

O laboratório de informática disponibilizará aos discentes do curso computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

3.7.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um meio onde são viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, às ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação, que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2012, p. 331) afirma que: Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso, trata-se de uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem. Será o principal meio de acesso entre professor mediador e alunos, onde serão postados os conteúdos das aulas, atividades, fóruns, entre tantas outras ferramentas que essa plataforma fornece.

O AVA do Campus Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos, dentre outras estratégias de ensino.

3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Será obedecida a Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

- O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o terceiro ano após a sua conclusão.
- As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso.

- Os questionários eletrônicos ficarão disponíveis permanentemente no portal do IFRO, sendo responsabilidade de cada campus divulgar e estimular a participação dos egressos.
- Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.
- As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.
- Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade; que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

No Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio será incentivada a execução das seguintes atividades com o propósito de promover a inter-relação ensino, pesquisa e a extensão:

- Projetos de ensino: desenvolver projetos de ensino que impacte em ações de extensão;
- Iniciação científica e de extensão: incentivar os discentes, em conjunto com os docentes, a desenvolverem projetos de iniciação científica e de extensão que contribuam para o desenvolvimento

local e regional;

- Empresa Júnior: fomentar a cultura empreendedora nos alunos, desenvolvendo atividades de mapeamento, racionalização e otimização de trabalhos, envolvendo ensino e extensão;
- Feira de negócios: utilizar na prática os assuntos abordados em aulas teóricas sobre empreendedorismo, para que os alunos possam aplicar e treinar as habilidades em trabalhos relacionados ao ramo;
- Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de administração: capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente.

3.10 CERTIFICAÇÃO

3.10.1 Certificação de conclusão de curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Administração, conforme orientações do art. 7º do Decreto nº 5.154/2004 e Resolução nº 8/CONSUP/IFRO/2018, que dispõe sobre o Regulamento da Colação de Grau e da Cerimônia de Certificação de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO.

3.10.2 Certificação Intermediária

A expedição do diploma de habilitação está condicionada à conclusão, com aproveitamento, de todas as disciplinas e das práticas profissionais previstas na organização curricular do curso, respeitado o prazo de integralização estabelecido e em conformidade com a legislação vigente. No curso Técnico em Administração subsequente EaD, não está prevista a concessão de certificação intermediária, em razão da estrutura e da distribuição dos componentes curriculares na matriz do curso.

4 EQUIPE DOCENTE

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 5: Requisitos de formação por disciplina.

Nº	DISCIPLINA	FORMAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA
1	Direito de Empresa	Graduação em Direito
2	Economia e Mercados	Graduação em Economia
3	Fundamentos de Administração	Graduação em Administração
4	Matemática Financeira	Licenciatura em Matemática
5	Informática Aplicada	Graduação em Informática, Ciência da Computação
6	Contabilidade Geral	Graduação em Contabilidade
7	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional	Graduação em qualquer área
8	Ética Profissional	Graduação em Filosofia, Sociologia ou Direito
9	Redação Oficial e Comercial	Licenciatura em Língua Portuguesa
10	Projeto Integrador I	Graduação em qualquer área
11	Administração da Produção	Graduação em Administração
12	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Graduação em Administração
13	Matemática Financeira Aplicada	Licenciatura em Matemática
14	Planejamento Organizacional	Graduação em Administração
15	Contabilidade de Custos	Graduação em Contabilidade
16	Empreendedorismo e Inovação	Graduação em Administração
17	Fundamentos de Logística	Graduação em Administração
18	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Graduação em Administração
19	Marketing e Vendas	Graduação em Administração
20	Projeto Integrador II	Graduação em qualquer área

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso será composta pelos docentes do quadro de servidores do Campus Porto Velho Zona Norte.

Quadro 6: Docentes que atuarão no curso e sua formação

N.º	NOME	Titulação	RT/CH	LINK LATTES
1	Alberto Bruno de Oliveira Viana	Mestrado	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/6476165847424288
2	Ana Cláudia Dias Ribeiro	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
3	Angelina Maria de Oliveira Licório	Doutorado	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/599910577781499
4	Cleonete Martins de Aguiar	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/0759154103926657
5	Douglas Moro Piffer	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8754245231535185
6	Everton Luiz Cândido Luiz	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4682466384090949
7	Guilherme Tadaki Tazo Gaspar	Mestre	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/6260029530041613
8	Higor Cordeiro de Souza	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5288099289528313
9	João Batista Teixeira de Aguiar	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5288099289528313
10	Kenia Silva Martins Freitas	Especialização	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/2528532703275515
11	Lady Day Pereira de Souza	Doutora	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
12	Maray del Carmen S. Rodrigues	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1325114725599688
13	Marcel Leite Rios	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/6594698257579071
14	Miralba Uchoa de Carvalho	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/7618037974211745
15	Rafael Nink de Carvalho	Mestrado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
16	Samuel dos Santos Junior	Mestrado	40h/DE	https://lattes.cnpq.br/5947565184613653

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar se baseia na Resolução N° 38/REIT - CONSUP/IFRO, DE 16 DE julho DE 2025 que dispõe sobre a aprovação da reformulação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), no âmbito do IFRO responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando ao desenvolvimento físico, psíquico e social dos estudantes do campus, por meio de ações que favoreçam a permanência e conclusão do curso. Deve ser constituída minimamente por profissional de pedagogia, profissional da psicologia, profissional do serviço social, profissional da enfermagem, profissional da nutrição, assistente de alunos entre outros que compõem a equipe multiprofissional.

4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *lato sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais.

5. GESTÃO ACADÊMICA

O Campus Porto Velho Zona Norte organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do Curso trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. A coordenação do curso será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e

disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e disponibilizar tempo à coordenação.

5.2 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é um órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo, composto pelo Coordenador de curso, docentes em exercício no curso e discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano. As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Resolução nº 7/REIT/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018.

5.3 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral do campus, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1 Diretoria de ensino - DE

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Campus e as instruções

da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Educação à Distância.

O Departamento de Apoio ao Ensino desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do campus, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

A Coordenação de Biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

A Coordenação de Educação à Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino à distância no campus, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

5.4.1.1 Núcleo de atendimento às pessoas necessidades educacionais específicas - NAPNE

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento pedagógico dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades ou superdotação, transtornos hipercinéticos e dislexia, visando atender exclusivamente este público. Tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE planeja e conduz reuniões com os docentes, coordenação de curso e membros da equipe pedagógica, com o objetivo de produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e estratégias para a inclusão educacional. Segundo definição apresentada no artigo 2º da Resolução nº 24/REIT-CONSUP/IFRO, de 26 de maio de 2023: O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos hipercinéticos, dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e altas habilidades/superdotação.

5.4.2 Departamento de Extensão - DEPEX

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do campus; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de

trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada, que articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação -DEPESP

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação; e um Núcleo de Inovação Tecnológica.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação (PIBITI) e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

O Núcleo de Inovação Tecnológica atua na criação e gerenciamento da política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, bem como a viabilização de estratégias e ações relacionadas à propriedade intelectual nos âmbitos interno e externo ao IFRO.

5.4.4 Equipe Técnico-Pedagógica

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático- pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

A Equipe Técnico-Pedagógica atende aos pais e alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação, implantação e implementação da Proposta Pedagógica do Estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela Diretoria de Ensino, Orientador Educacional, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca Escolar.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O Campus Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, no município, e possui infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso. As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílico, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos de acordo com as necessidades e o código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local,

incluindo as exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

O campus conta com recursos de hipermídia, incluindo televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, impressoras, scanners, entre outras aquisições que serão realizadas.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

Atualmente o campus dispõe de 5 laboratórios de informática: 4 deles com 42 e 1 com 30 computadores, nobreaks, softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

6.4 BIBLIOTECA

O campus disponibiliza aos alunos uma biblioteca, constituída como um ambiente climatizado, organizado e adequado às atividades de estudo e pesquisa. O espaço conta com computadores com acesso à internet, além de acervo bibliográfico físico e digital. Esse acervo destina-se ao suporte teórico das atividades acadêmicas e profissionais dos estudantes, devendo ser amplamente utilizado como fonte de fundamentação para estudos, pesquisas e projetos.

Além disso, docentes e discentes podem usufruir da biblioteca virtual, que oferece acesso a livros digitais com edições atualizadas. Os alunos também têm acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais, ampliando significativamente as possibilidades de pesquisa e o acesso a informações relevantes para seus estudos e produções acadêmicas.

O funcionamento, a organização e as normas de utilização das bibliotecas institucionais estão regulamentados pelo Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas, disposto na Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 7 de março de 2025, que estabelece diretrizes para o uso adequado dos serviços e do acervo pela comunidade acadêmica.

7. TECNOLOGIA DE EaD

7.1 PRODUÇÃO EM EAD

O Campus Porto Velho Zona Norte será responsável pela gestão, desenvolvimento e oferta das disciplinas e dos materiais necessários ao aprendizado dos alunos. Será responsável também pela operacionalização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em EaD, bem como, pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. O Campus contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico administrativo especializado, para o atendimento às demandas específicas da área de produção do material pedagógico e com disponibilização aos estudantes no ambiente de aprendizagem. Estes setores são:

a) Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem: Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

b) Coordenação de Educação a Distância: Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos campi e coordenadores de polos.

c) Coordenação de Geração e Produção Audiovisual: É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós produção de conteúdos midiáticos audiovisuais.

d) Coordenação de Material e Design Instrucional: Possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação à Distância. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos impressos e/ou em formato digital.

e) Revisor Textual: É responsável por analisar, revisar e emitir parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O material didático a ser utilizado, pelo curso, será produzido pelos professores em parceria com Departamento de Produção EaD do campus e disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação, além de estar disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas, ou seja, um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas com múltiplas possibilidades de desenvolver a aprendizagem.

Multimeios - Serão disponibilizados softwares, vídeos educativos e periódicos que estarão disponíveis nos espaços virtuais destinados a este fim.

Refratário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos – Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos e disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

Biblioteca Virtual - Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

7.4. ESTRUTURA DOS POLOS

O Curso contará com Polos de Apoio Presencial para atender os alunos matriculados nos Campi onde for ofertado o curso. Polos de Apoio Presencial são unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para atendimento aos acadêmicos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor mediadores-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Os Polos de Apoio Presencial funcionam nos Campi e escolas municipais e estaduais, oriundos

de pactuação de convênios estabelecidos entre prefeituras, estado e IFRO por meio da Diretoria de Educação a Distância e utilizam as estruturas dos laboratórios de informática e bibliotecas. Os detalhes estruturais, operacionais e procedimentais quanto ao funcionamento dos polos constarão em documento normativo editado pelo IFRO.

O Coordenador do Polo articula-se com os diretores dos Campi e com as Coordenações dos Cursos. Todas as atividades e ações rotineiras da gestão do curso, deverão ser formuladas em um manual de procedimentos próprios a ser desenvolvido pela Diretoria de Educação a Distância. Destarte, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades online, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. No âmbito dos campi, a coordenação de polo poderá ser exercida pelo CEAD, de acordo com o regimento interno de cada unidade e demais regulamentos institucionais.

Compete aos Coordenadores de Polo: coordenar e acompanhar as atividades dos professores mediadores presenciais no Polo, acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no Polo, gerenciar a infraestrutura do Polo, relatar a situação do Polo à DEaD, a Coordenação Geral ou Coordenadores de Curso, programas, projetos, planos, realizar a articulação de uso das instalações do Polo de Apoio Presencial para o desenvolvimento das atividades de ensino presenciais, desenvolver outras atividades designadas pela Gestão EaD e pela equipe gestora do Campus ao qual o Polo se vincula na oferta, acompanhar as atividades dos cursistas e professores mediadores presenciais no Ambiente Virtual de Aprendizagem, coordenar e acompanhar as ações professores mediadores, apoiar professores mediadores das disciplinas no desenvolvimento de suas atividades, supervisionar e acompanhar as atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

8 BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2021);
- b) Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
- c) Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;
- d) Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e) Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- f) Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- g) Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021

9 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 653–666, 2012.

ARAÚJO, T. G. O papel do professor mediador na elaboração do conhecimento na formação técnica. Portal Educação, 2016. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-papel-do-professor-mediador-na-elaboracao-do-conhecimento-na-formacao-tecnica/73007>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 5, de 24 de fevereiro de 2025. Estabelece normas para a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/norma-regula-atualizacao-do-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Brasília, DF: MEC/CNE, 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-cne-ceb-no-2-de-13-de-novembro-de-2024/>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria SETEC nº 46, de 31 de outubro de 2024. Dispõe sobre a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Brasília, DF: MEC/SETEC, 2024. Disponível em: <https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-setec-046-2024-10-31.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2021. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 21, 22 nov. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009. Dispõe sobre a execução de ações e programas educacionais no âmbito do FNDE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolucao-cd-fnde-n-36-de-13-de-julho-de-2009>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE/CP-n1-2004>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

_____ Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

____ Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

____ Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

____ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

IFRO. Resolução nº 24/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de maio de 2023. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho, 2023. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup>. Acesso em: 20 out. 2025.

____ Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. Organização: Arijon Cavalcante; Gilmar Alves de Lima Júnior; Mauro Henrique Miranda de Alcantara. Diretoria de Planejamento: Gilberto Paulino da Silva; Romeu Botelho dos Santos; Luciana Bandeira de Souza; Márcio Marinho Martins. Conceito gráfico, diagramação e revisão: Contaccta Comunicação (Carlos Nascimento – Design; Lívia Maria Lima – Revisão). Porto Velho: IFRO, 2022. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>. Acesso em: 20 out. 2025.

____ Instrução Normativa nº 5/2018/REIT – PROEN/REIT. Dispõe sobre a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial. Porto Velho: IFRO, 2018.

____ Resolução Nº 1/REIT - CONSUP/IFRO, DE 05 DE JANEIRO DE 2026 que dispõe sobre a Reformulação do Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

____ Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019. IBGE. Número de empresas atuantes (2006-2017). Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_PIB Municípios (2006-2017). Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

IFRO. Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFRO. Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

_Resolução nº 24/2019/CONSUP/IFRO. Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

_Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2023.

_Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO. Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

_Resolução No 11/REIT - CONSUP/IFRO, de 25 de abril de 2023 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO);

_Resolução nº 1/2026/CONSUP/IFRO. Regulamento de Organização Acadêmica dos cursos Técnicos e de Graduação do IFRO do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2026.

_Resolução No 11/REIT-CONSUP/IFRO, de 09 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação. Porto Velho: IFRO, 2017.

_Resolução No 34/REIT-CONSUP/IFRO, de 28 de maio de 2020. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de procedimentos para elaboração, reformulação, e atualização de projetos pedagógicos, e suspensão e extinção da oferta de cursos. Porto Velho: IFRO, 2020.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papyrus, 2000.

OLIVEIRA, P. F.; SUELE, K. K. S. O Papel do Tutor Mediador na Modalidade de Educação a Distância, 2017.

APÊNDICE – EMENTA DAS DISCIPLINAS

PRIMEIRO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Direito de Empresa		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 1º
Ementa:			
A Empresa e o Direito. Empresário individual. Principais Figuras Societárias. Contratos Empresariais. Direitos do Consumidor e Práticas Empresariais Abusivas. Principais Espécies Tributárias e Elisão Fiscal.			
Referências básicas:			
ALMEIDA, Fabrício Bolzan D. Direito do Consumidor . (Coleção Esquemático®). 10. e. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			
BRASIL. Lei 5.172 , de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm .			
BRASIL. Lei n.º 8.078 , de 11 de setembro de 1990. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm .			
BRASIL. Lei n. 10.406 , de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm .			
MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial . 16. ed. Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			
NOVAIS, Rafael. Direito Tributário Facilitado . 6. ed. Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			
Referências complementares:			
VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial . 10. ed. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			
NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor . 13. ed. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			
SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 14. ed. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca			



PLANO DE DISCIPLINA

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Economia e Mercados		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 1º

Ementa:

Fundamentos das economias de mercado: princípios e teorias econômicas, conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais, fluxo circular das atividades econômicas. Noções de microeconomia: funcionamento dos mercados: curva de oferta, curva de demanda e equilíbrio de preços de mercado. Noções de estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística. Noções macroeconomia: política fiscal, política monetária, política cambial, política de rendas e política industrial. Noções de economia monetária: sistema financeiro nacional, mercado financeiro, Inflação. Noções de economia internacional: exportação, importação, balanço de pagamentos e instituições reguladoras. Noções de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Noções de economia regional: setores econômicos em expansão em Rondônia e arranjos produtivos locais e regionais.

Referências básicas:

AGUIAR, João Batista Teixeira de *et al.* **Introdução à Economia**. Porto Velho, Rede e-Tec Brasil/IFRO, 2017.

Rossetti, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca

SILVA, César Roberto Leite de; SINCLAIR Luiz. **Economia e mercados: introdução à economia**. 20. ed. Editora Saraiva, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TIUSSI, Ton Denise *et al.* **Economia Regional**. Cuiabá, Rede –Tec Brasil/IFRO/2020.

Referências complementares:

GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2021.

GREMAUD, Amaury Patrick [et. al](Aut.). **Economia Brasileira Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PINHO, Diva Benevides *et al.* **Manual de Economia da USP**. 7 ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAY, Peter H. *et al.* **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Fundamentos de Administração		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 1º
Ementa:	Principais teorias da administração de empresas. Funções e habilidades do administrador. Empresas e estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão empresarial e de pessoas. Planejamento, organização, direção e controle. A ética e a responsabilidade social nas organizações contemporâneas. Organograma e fluxogramas. Departamentalização. As principais tendências da administração das organizações empresariais.		
Referências básicas:	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração . São Paulo: Atlas, 2019.		
Referências complementares:	CAMPOS, Alexandre de, BARSANO, Paulo Roberto. Administração: guia prático . São Paulo: Editora Érica, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca MOTTA, Fernando C. Preste; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. Teoria Geral da Administração . São Paulo: Cengage Learning, 2021. SOUSA, Almir Ferreira de <i>et. al.</i> Manual de gestão empresarial: teoria e prática . São Paulo: Manole, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca		

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Matemática Financeira		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 1º

Ementa:

Proporções e grandezas. Porcentagens. Valor do dinheiro no tempo. Juros simples e compostos. Taxas de juros: proporcionais e equivalentes. Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.

Referências básicas:

MATHIAS, Washington Franco. **Matemática Financeira**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira objetiva e aplicada**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
HAZZAN, Samuel; POMPEO, Jose Nicolau. **Matemática financeira**. 7ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
Disponível em: Minha Biblioteca

Referências complementares:

BRANCO, Anísio Costa Castelo. **Matemática financeira aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.
SAMANEZ, Carlos P. **Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos**. 5ª ed. São Paulo.: Pearson, 2010.
TOSI, Armando José. **Matemática Financeira com utilização da HP-12C**. São Paulo: Atlas, 2009.



PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Informática Aplicada		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º
Ementa:	Introdução à Informática: - Noções de hardware e software; - Sistema operacional. Editor de texto: -Formatação de textos: Fonte, parágrafo, alinhamentos, bordas, tabulações, etc; - Inserção de figuras, cabeçalho, rodapé, notas de rodapé, tabelas, sumário, etc; - Elaboração de documentos. Planilha eletrônica: - Formatação de células: Fonte, alinhamentos, bordas, mesclagem, etc. - Inserção de anotações, células, linhas, colunas, etc. - Filtros, classificação e fórmulas: operações básicas, somatório, média, condicionais, etc. - Elaboração de planilhas: exemplo de planilhas aplicadas às finanças.		
Referências básicas:	BORBA, Marcelo de Carvalho, PENTEADO, Miriam Godoy. Informática e educação matemática . São Paulo: Autêntica, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca MATTAR NETO, Joao Augusto. Metodologia científica na era da informática . São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . São Paulo: GEN LTC, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca		
Referências complementares:	ALMEIDA, Marcus Garcia de. Informática na empresa . São Paulo:Atlas, 2010.Disponível em: Minha Biblioteca NORTON, Peter; RATTO, Maria C. Santos Ribeiro. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996 Silva, Mário Gomes da. Informática: terminologia básica . São Paulo: Érica, 2013. Disponível em: Minha Biblioteca		

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Contabilidade Geral		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º
Ementa:	Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultado. Métodos de escrituração contábil. Demonstração Contábil: Demonstração de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial.		
Referências básicas:	IUDÍCIBUS, Sérgio, D. e José Carlos Marion. Curso de contabilidade para não contadores . 9ª. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca MARION, José C. Contabilidade Básica . 13ª. ed.. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca RIBEIRO, Osni M. Básica Contabilidade Fácil . 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca		
Referências complementares:	BONHO, Fabiana, T. <i>et al.</i> Contabilidade básica . São Paulo: Grupo A, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca PADOVEZE, Clóvis L. Manual de contabilidade básica : contabilidade introdutória e intermediária, 10ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: Minha Biblioteca PADOVEZE, Clóvis L. Contabilidade geral : facilitada. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca		

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º
Ementa:	Redação científica e técnica. Textos oficiais e comerciais: ofício, declaração, requerimento, ata, carta comercial, e-mail e relatório. Elaboração de relatórios de pesquisa e de práticas profissionais. Normas de formatação de documentos oficiais. Concepção, legislação e operacionalização do estágio supervisionado. Comunicação escrita e exposição de resultados no contexto profissional.		
Referências básicas:	FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como ler, entender e redigir um texto . 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. FRANZIN, Sergio Francisco Loss. Orientação para prática profissional e pesquisa . Cuiabá: UFMT, 2013. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2017. MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar; CEREJA, William Roberto. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação . 4. ed. São Paulo: Atual, 2019. MEDEIROS, João Bosco Português instrumental . 11. ed. São Paulo: Gen Atlas, 2021.		
Referências complementares:	ARENHARDT, Valéria <i>et al.</i> Normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos: um olhar para o ensino médio . Vilhena: Gráfica AGBR-IFRO - Campus Vilhena, 2014. BRASIL. Lei nº 11.788 , de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da CLT. Brasília: Senado Federal, 2008. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica . 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2017.		



PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina	 INSTITUTO FEDERAL Rondônia	Ética profissional	 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
-------------------	--	--------------------	--

Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º
----------------	--------------------	----------------------	------------

Ementa:

Fundamentos filosóficos da ética e da moral. Deontologia profissional e a importância do código de ética. Ética aplicada à gestão e as relações interpessoais no trabalho. Dilemas éticos no mundo contemporâneo.

Referências básicas:

ARANTES, Elaine Cristina. **Ética Empresarial**. Paraná: IFPR, 2012.
Silvio. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. São Paulo: Papirus, 2012.
PASSOS, Elizete. **Ética nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2012.
VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Referências complementares:

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2019.
SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Redação Oficial e Comercial		
--------------------	-----------------------------	--	--

Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º
----------------	--------------------	----------------------	------------

Ementa:
Redação Científica. Textos Técnicos de Instrução, Oficiais e Comerciais: ofício, declaração, requerimento, Ata, Carta Comercial, e-mail, Relatório. Normas de Formatação de Documentos Oficiais.

Referências básicas:
FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. **Como ler, entender e redigir um texto**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar; CEREJA, William Roberto. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2019.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MEDEIROS, João Bosco **Português instrumental**. 11. ed. São Paulo: Gen Atlas, 2021.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Referências complementares:
DEMAIO, Fernanda Mello. **Português instrumental**. São Paulo: Editora Érica, 2014.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. **Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração**. 5. . ed. São Paulo: Atlas, 2005.



PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Projeto Integrador I		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 1º

Ementa:

Integra e contextualiza os conhecimentos do curso; A proposta desta disciplina é colocar em prática ferramentas e metodologias estudadas curso, por meio da proposta da vivência de desenvolvimento de um projeto de abertura de um negócio e/ou produto; Desta forma o docente poderá alinhar de forma antecipada como demais docentes semestre a integração as principais conteúdos e técnicas que serão trabalhados nas disciplinas, para aplicação prática na carga horária da disciplina. Como sugestão poderá também organizar a turma em pequenos grupos, propor nos encontros presenciais a pesquisa sobre ideias de negócios e/ou produtos, realizar pesquisa de mercado, definição do ramo de atuação; missão, visão valores; estrutura organizacional e desenvolvimento da Marca do negócio protótipo do produto.

Referências básicas:

AUDY, J.; MOROSINI, M. *et al.* **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006.

BARBIERI, J. *et al.* **Organizações inovadoras: estudos e casos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CAVALCANTI, Carolina; FILATRO, Andrea. **Design Thinking: inovação com propósito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Referências complementares:

BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. **Inovação em serviços intensivos em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 2005.

SANTOS, Renato Lima; SOUZA, Lady Day Pereira. **Empreendedorismo**. Cuiabá: UFMT, 2013.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo?** Para jovens. São Paulo: Record, 2003.

PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. **Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade**. São Paulo: Editora Manole, 2016.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intra-empendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



SEGUNDO MÓDULO

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Administração da Produção		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 2º
Ementa:	<p>Produtos e serviços. Evolução dos sistemas de Administração da Produção: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo e novas abordagens da administração da produção. Sistemas de produção. Planejamento, Programação e controle da produção. Administração de materiais. Traçado do sistema de produção. Estrutura Organizacional; Layout; Gráficos de organização; Formulários; Manuais Administrativos; Indicadores de Desempenho Organizacional.</p>		
Referências básicas:	<p>Chiavenato, Idalberto. Gestão da produção: uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>Wieneke, Falko. Gestão da produção., Editora Blucher, 2008.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>Laugeni, Fernando, P. e Petrônio Garcia Martins. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>SLACK, Nigel. CHAMBERS, Stuart. JOHNSTON, Robert. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>PAOLESCHI, Bruno. Almoxarifado e gestão de estoques: do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 3. ed. São Paulo: Editora Érica, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca</p>		
Referências complementares:	<p>Ballé, Michael, <i>et al.</i> A estratégia Lean: para criar vantagem competitiva, inovar e produzir com crescimento sustentável. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.</p> <p>Liker, Jeffrey, K. e Gary L. Convis. O modelo Toyota de liderança Lean: como conquistar e manter a excelência pelo desenvolvimento de lideranças. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.</p> <p>Werkema, Cristina. Lean seis sigma: introdução às Ferramentas do Lean Manufacturing. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011.</p> <p>Laugeni, Fernando, P. e Petrônio Garcia Martins. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>Shingo, Shigeo. O sistema Toyota de produção: do ponto de vista da engenharia de produção. Porto Alegre: 1996. Disponível em: Minha Biblioteca</p>		



PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional		
Núcleo:	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 2º
Ementa:	<p>Introdução a gestão de pessoas; Evolução histórica da área de Gestão de Pessoas; as mudanças no mundo do trabalho; planejamento e gestão estratégica de pessoas. Captação e seleção de pessoas; avaliação de desempenho; plano de cargos; remuneração e benefícios; Gestão de carreiras, <i>turnover</i>; estratégias de valorização de retenção de talentos. Treinamento e desenvolvimento; Relacionamento Interpessoal. Estilos de liderança; cultura organizacional, clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Gestão do conhecimento e educação corporativa.</p>		
Referências básicas:	<p>BARBIERI, Ugo F. Gestão de Pessoas nas Organizações: conceitos básicos e aplicações. São Paulo: Grupo GEN, 2016.</p> <p>DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.</p> <p>VERGARA, Sylvia C. Gestão de pessoas, 16. ed . São Paulo: Grupo GEN, 2016.</p>		
Referências complementares:	<p>CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. São Paulo: Grupo GEN, 2021.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. São Paulo: Grupo GEN, 2020.</p> <p>COSTA, Silvia Generali da. Comportamento organizacional: cultura e casos brasileiros. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014.</p> <p>OLIVEIRA, Luana Yara Miolo de. <i>et. al.</i> Gestão de pessoas. Porto Alegre: Grupo A, 2018.</p> <p>MARRAS, Jean P. Gestão estratégica de pessoas: conceitos e tendências. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Matemática Financeira Aplicada		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 2º
Ementa:	Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações		
Referências básicas:	<p>CRESPO, Antônio A. Estatística fácil. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>SOBRINHO, José Dutra V. Matemática Financeira, 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca</p>		
Referências complementares:	<p>BRANCO, Anísio Costa C. Matemática financeira aplicada: Método Algébrico, HP-12C e Microsoft Excel. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>POMPEO, José Nicolau; HAZZAN, Samuel. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: Minha Biblioteca</p>		

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	Planejamento Organizacional		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 60h/a	Módulo: 2º
Ementa:			
<p>A administração estratégica. O processo administrativo. Conceito, níveis e importância do planejamento. Controle através do Balanced Scorecard (BSC). Análise ambiental: interna, micro e macro. Missão, visão e valores. Fatores críticos de sucesso. Recursos, capacidades e competências essenciais. Matriz SWOT. Cinco forças de Porter. Estratégias genéricas de competição. O modelo VRIO. A cadeia de valor. Plano de Ação - 5W2H. Matriz BCG.</p>			
Referências básicas:			
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna adm. das organizações. 11. ed. São Paulo: Gen Atlas, 2025.</p> <p>HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação. 32ª reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p>			
Referências complementares:			
<p>HOOLEY, Graham; SAUNDERS, John. Pensamento competitivo. São Paulo: MakronBooks, 1996.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing essencial. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Contabilidade de Custos		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 2º

Ementa:

Introdução à contabilidade de custos: natureza, importância, conceito, história, objetivos e princípios. Terminologia e expressões. Classificação e nomenclaturas de custos. Inventário de materiais. Métodos de custeio. Formação do preço de venda com base nos custos incorridos e identificação do Markup. Margem de contribuição unitária e de múltiplos produtos. Ponto de equilíbrio.

Referências básicas:

BORINELLI, Márcio, L. e Renê Coppe Pimentel. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**, 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: Minha Biblioteca

BRUNI, Adriano, L. e Rubens Famá. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora hp 12c e excel**, 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca

IUDÍCIBUS, Sérgio D. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca

Ribeiro, Osni M. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: Minha Biblioteca

Referências complementares:

BORNIA, Antonio C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2010. Disponível em: Minha Biblioteca

BRUNI, Adriano L. **A administração de custos, preços e lucros**. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca

FREZATTI, Fábio, *et al.* **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Grupo GEN, 2011. Disponível em: Minha Biblioteca

OYADOMARI, José Carlos T. **Contabilidade gerencial: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 2º
Ementa:			
<p>Perfil e tipos de empreendedores. Negócios e arranjos produtivos. Criatividade, flexibilidade e inovação. Startups: conceitos, definições e modelos de negócios inovadores. Processos e metodologias de inovação: design thinking, cocriação e open innovation. Tecnologias emergentes aplicadas a novos negócios (IA, blockchain). Transformação digital e Indústria 4.0. Gamificação e experiência do usuário (UX). Melhoria contínua e estratégias de crescimento sustentável. Fontes de financiamento e assessoria para negócios inovadores. Questões legais da constituição empresarial: tributos, marcas e patentes. Oportunidades em ecoinovação e negócios sustentáveis.</p>			
Referências básicas:			
<p>AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Design thinking. São Paulo: Grupo A, 2010. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>ANUNCIAÇÃO, Heverton. Atendimento ao cliente: profissionais que revolucionaram o campo da experiência do cliente. Alta Books, 2021. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>BALLÉ, Michael <i>et al.</i> A estratégia lean: para criar vantagem competitiva, inovar e produzir com crescimento sustentável. São Paulo: Grupo A, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>BARCELLOS, Ricardo; SCHELELA, Simone S. Marketing e vendas. Curitiba: IFPR, 2012.</p> <p>CASAS, Alexandre Luzzi L. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2011.</p> <p>FARIAS, Cláudio; DUSCHITZ, Caroline; CARVALHO, Gustavo M D. Marketing aplicado (Tekne). Porto Alegre: Grupo A, 2015. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.</p> <p>MAURYA, Ash. Comece sua startup enxuta. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>TANI, Zuleica R. Atendimento ao Público. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>TAJRA, Sanmya; RIBEIRO, Joana. Inovação na prática. São Paulo: Alta Books, 2020. Disponível em: Minha Biblioteca.</p> <p>TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e inovação: direito no empreendedorismo. 2. ed. São Paulo: Manole, 2020.</p> <p>VILENKY, Renata. Startup: Transforme problemas em oportunidade de negócios. São Paulo: Saraiva, 2021.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina:	Fundamentos de Logística		
--------------------	--------------------------	--	--

Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 2º
---------------	--------------------	----------------------	------------

Ementa:

A importância da Logística; Logística e a Cadeia de Suprimentos (Supply chain Management); Armazenagem e Distribuição; Modais de Transporte; Gestão de Estoques; Administração de Materiais. Logística Reversa.

Referências básicas:

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos. **Logística operacional**: guia prático. 3. ed. São Paulo: Érica, 2013.

GOULART, Verci Douglas Garcia. **Logística de transporte**: gestão estratégica no transporte de cargas. São Paulo: Érica, 2018.

NOGUEIRA, Amarildo de Souza. **Logística empresarial**: uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências complementares:

BOWERSOX, Donald J. *et al.* **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Grupo A, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca

CAIXETA-FILHO, José V.; MARTINS, Ricardo S. **Gestão logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: Minha Biblioteca

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca

NOGUEIRA, Amarildo de S. **Logística empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: Minha Biblioteca

SILVA, Bárbara Alyne E.; STETTINER, Caio F.; CAXITO, Fabiano de A. **Logística**: um enfoque prático. 3. ed.. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: Minha Biblioteca

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Gestão Ambiental e Sustentabilidade		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 2º
Ementa:			
<p>Conceito de gestão ambiental, Sociedade e meio ambiente, Legislação e certificação ambiental, Desenvolvimento sustentável, externalidades, Gestão ambiental corporativa, Eco eficiência, Indicadores de sustentabilidade, Auditoria ambiental. Políticas da empresa e planejamento estratégico: a vinculação com os conceitos de qualidade, sustentabilidade e gestão ambiental.</p>			
Referências básicas:			
<p>ANTUNES, Paulo de Bessa . Direito ambiental . 24. ed. São Paulo: Atlas, 2025. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>Albuquerque, J.L, <i>et al.</i> Gestão ambiental e responsabilidade social: Conceito, ferramentas e aplicações. São Paulo, Atlas, 2009.</p> <p>RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito ambiental. 12. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2025. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>SARLET , Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de direito ambiental. 5. ed. São Paulo: Gen, 2025. Disponível em: Minha Biblioteca</p> <p>Universidade Luterana do Brasil. Administração e meio ambiente. Curitiba, Ibpx, 2010.</p>			
Referências complementares:			
<p>ANGELO, Cláudio. A espiral da morte: como a humanidade alterou a máquina do clima. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>BARBIERI, Jose Carlos. Gestão ambiental e empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2011.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.</p> <p>SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina:	Marketing e Vendas		
Núcleo	Profissionalizante	Carga Horária: 40h/a	Módulo: 2º
Ementa:			
<p>Conceitos centrais do marketing. O marketing empresarial e seu ambiente. O marketing e o consumidor. Segmentação de mercado. Composto de marketing (4Ps e variações). Benchmarking. Novas direções do marketing. Trade marketing. Buzz marketing, marketing viral e de guerrilha. Marketing digital e tendências emergentes. Pesquisa de marketing. Plano de marketing. Apresentação pessoal e postura no atendimento. Tipos de clientes. Técnicas de abordagem do cliente. Técnicas de atendimento e vendas. Prospecção e gestão do relacionamento com o cliente.</p>			
Referências básicas:			
<p>CAMPOS, Alexandre de. Técnicas de vendas e e-commerce. São Paulo: Érica, 2021.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de vendas : uma abordagem introdutória. 4. ed. Barueri: Atlas, 2022.</p> <p>COBRA, Marcos. Marketing básico : uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CROCCO, Luciano <i>et. al.</i> Fundamentos de marketing : conceitos básicos. São Paulo : Saraiva, 2013.</p> <p>Demo, Gisela <i>et. al.</i> Marketing de relacionamento & comportamento do consumidor : estado da arte, produção nacional, novas medidas e estudos empíricos. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>KOTLER, Philip. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Cristiane Kessler. Gestão de vendas e negociação. Porto Alegre : SAGAH, 2019.</p> <p>PRIDE, William M. Fundamentos de marketing. São Paulo : Cengage Learning, 2015.</p> <p>Sparemberger, Ariosto. Vendas : fundamentos e relacionamento com os clientes. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.</p> <p>Zenone, Luiz Claudio. Marketing estratégico. São Paulo : Actual Editora, 2019.</p>			
Referências complementares:			
<p>CASTRO, Guilherme Caldas. <i>et al.</i> Comportamento do consumidor. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>FALZON, Pierre. Ergonomia. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018.</p> <p>FINCH, Lloyd C. Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.</p> <p>SÁ, Carlos Alexandre. Estabelecimento de limite de crédito: uma nova abordagem para um velho problema. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.</p> <p>WELLINGTON, Pat. Atendimento eficaz ao cliente. São Paulo: Clio Editora, 2011.</p>			





PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina: Projeto Integrador II

Núcleo: Profissionalizante

Carga Horária: 40h/a

Módulo: 2º

Ementa:

Integra e contextualiza os conhecimentos do curso; A proposta desta disciplina é colocar em prática ferramentas e metodologias estudadas curso, por meio da proposta da vivência de desenvolvimento de um projeto de abertura de um negócio e/ou produto; Desta forma o docente poderá alinhar de forma antecipada como demais docentes semestre a integração as principais conteúdos e técnicas que serão trabalhados nas disciplinas, para aplicação prática na carga horária da disciplina. Como sugestão poderá também organizar a turma em pequenos grupos, propor nos encontros presenciais a pesquisa sobre ideias de negócios e/ou produtos, realizar pesquisa de mercado, definição do ramo de atuação; missão, visão valores; estrutura organizacional e desenvolvimento da Marca do negócio protótipo do produto.

Referências básicas:

AUDY, J.; MOROSINI, M. *et al.* **Inovação e empreendedorismo na universidade.** Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006.

BARBIERI, J. *et al.* **Organizações inovadoras: estudos e casos brasileiros.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: GEN Atlas, 2021.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MEGIDO, Victor; ZANUSSO, Marina. **Chief value officer : atitude sistêmica e pensamento inovador para gerar valor nas organizações e no mercado.** São Paulo: Atlas, 2024.

Referências complementares:

BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. **Inovação em serviços intensivos em conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2007.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor.** São Paulo: Pioneira, 2005.

SANTOS, Renato Lima; SOUZA, Lady Day Pereira. **Empreendedorismo.** Cuiabá: UFMT, 2013.

JOHNSON, Spencer. **Quem mexeu no meu queijo?** para jovens. São Paulo: Record, 2003.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intra-empreendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SNELL, Scot A. **Novo cenário competitivo.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

